

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.533.949/0001-41, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.044.266, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º ao 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da S.A. "O Estado de S. Paulo", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I desta Escritura.



2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 20 de dezembro de 2010.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e no jornal "O Estado de S. Paulo", conforme o artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 Conforme o disposto no artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.



4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) publicação, edição, impressão dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" bem como publicação, edição e impressão, por conta própria ou de terceiros, de outros jornais, revistas, livros, periódicos, folhetos e material publicitário de natureza editorial, noticiosa, técnica, política, científica, literária, didática, recreativa, esportiva, artística ou comercial; (ii) edição, comercialização, marketing, publicação e transmissão de jornais e informações de qualquer natureza, por meios eletrônicos; (iii) exploração da indústria gráfica em todas as suas modalidades; (iv) comércio, importação, exportação e distribuição de jornais, revistas, periódicos e livros e quaisquer outros produtos editoriais ou gráficos; (v) comercialização, por meios eletrônicos, de produtos e serviços de qualquer natureza; (vi) agenciamento, compra e venda de serviços editoriais e gráficos, inclusive noticiário, fotografias, clichês e ilustrações; (vii) indústria, comércio, importação e exportação, comissão, consignação e representação de: (a) papel de imprensa; (b) equipamentos, máquinas, ferramentas, componentes, peças, matérias-primas e insumos necessários à indústria gráfica e à fabricação e venda dos produtos da Emissora ou de terceiros; (viii) agricultura, silvicultura e florestamento; (ix) elaboração, produção, execução, venda, distribuição, licenciamento, cessão, divulgação, veiculação e transmissão de obras audiovisuais protegidas pela lei de direitos autorais, sejam sonorizadas ou não, tais como obras cinematográficas, documentários, matérias jornalísticas informativas, noticiosas, opinativas, literárias, artísticas e culturais, próprias ou de terceiros; (x) prestação de serviços, assistência técnica, manutenção, instalação, desenvolvimento e projetos relacionados às atividades acima mencionadas; e (xi) participação na qualidade de sócia ou acionista de outras empresas.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.



4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 10 (dez) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O Banco Mandatário será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.

4.6.2 A Instituição Depositária das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados pela Emissora para a recomposição do caixa da Emissora e para o alongamento do perfil de sua dívida.

4.8 Registro na CETIP

4.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



4.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da citada Instrução.

4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação do Banco Safra S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.160.789/0001-28, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 90 (noventa) dias contados da data de início de distribuição, observados os procedimentos do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos da CETIP.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) na Data de Emissão.

5.1.2 Quantidade de Debêntures

5.1.2.1 Serão emitidas 10 (dez) Debêntures.



- 5.1.3 *Numero de Séries*
- 5.1.3.1 A Emissão será em série única.
- 5.1.4 *Data de Emissão*
- 5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2011.
- 5.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*
- 5.1.5.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3.1 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.
- 5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*
- 5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.
- 5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*
- 5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome dos titulares das Debêntures pela CETIP.
- 5.1.8 *Conversibilidade*
- 5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 *Subscrição*

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.9.2 acima.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 *Integralização e Forma de Pagamento*

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.4 *Direito de Preferência*

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 *Atualização do Valor Nominal*

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.



5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.1.1 A Remuneração devida aos titulares das Debêntures será paga pela Emissora em conjunto com as amortizações programadas do Valor Nominal Unitário.

5.6.1.2 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” corresponde fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* ou sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)], \text{ onde:}$$

"n_{DI}" corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

"k" = 1, 2, ..., n, sendo "n" um número inteiro;

"DI_k" corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil, (*overnight*) utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d_k" igual a 1 (um) dia útil;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" corresponde ao *spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente a 3,4000;



"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_t)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_t)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.6.2 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por



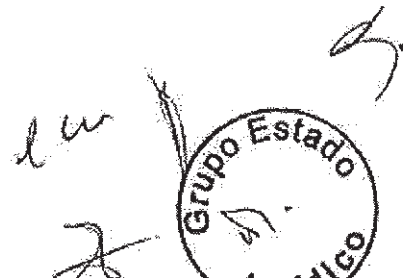
imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.5 Caso não haja acordo, dentro do prazo estabelecido no item 5.6.3 acima, sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora realizará o resgate antecipado e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.6.3 acima, por seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 30 (trinta) parcelas mensais, de acordo com as datas e percentuais constantes da tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1º de novembro de 2011	3,3333%
1º de dezembro de 2011	3,3333%
1º de janeiro de 2012	3,3333%
1º de fevereiro de 2012	3,3333%
1º de março de 2012	3,3333%
1º de abril de 2012	3,3333%
1º de maio de 2012	3,3333%
1º de junho de 2012	3,3333%
1º de julho de 2012	3,3333%
1º de agosto de 2012	3,3333%
1º de setembro de 2012	3,3333%
1º de outubro de 2012	3,3333%
1º de novembro de 2012	3,3333%
1º de dezembro de 2012	3,3333%
1º de janeiro de 2013	3,3333%
1º de fevereiro de 2013	3,3333%
1º de março de 2013	3,3333%
1º de abril de 2013	3,3333%
1º de maio de 2013	3,3333%
1º de junho de 2013	3,3333%
1º de julho de 2013	3,3333%
1º de agosto de 2013	3,3333%
1º de setembro de 2013	3,3333%
1º de outubro de 2013	3,3333%

1º de novembro de 2013	3,3333%
1º de dezembro de 2013	3,3333%
1º de janeiro de 2014	3,3333%
1º de fevereiro de 2014	3,3333%
1º de março de 2014	3,3333%
1º de abril de 2014	3,3343%

5.9 Condições de Pagamento

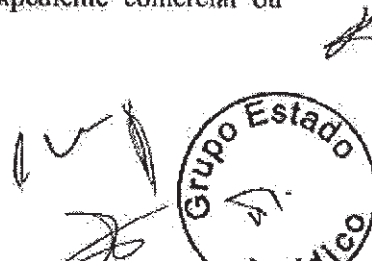
5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou



bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "O Estado de S. Paulo", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.11 **Garantia Real**



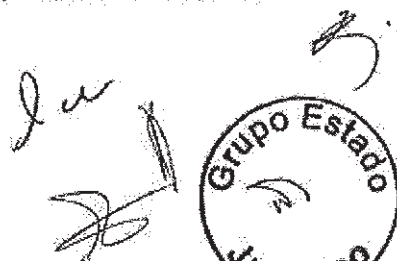
5.11.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Emissora cedeu fiduciariamente em garantia, de forma irrevogável e irretroatável, sujeitos aos termos, condições e limites estabelecidos no Contrato de Garantia:

- i) todos e quaisquer Direitos Creditórios decorrentes de transações efetuadas por venda de assinaturas de jornais da Emissora aos portadores de cartões de crédito/débito sob as bandeiras VISA e MASTERCARD junto à Emissora, referentes a assinatura de jornais, capturadas através do sistema da Cielo S.A. e/ou do(s) sistema(s) de outra(s) Credenciadora(s), nos termos do(s) contrato(s) de credenciamento/afiliação firmado(s) entre a Emissora e as Credenciadoras. Os Direitos Creditórios objeto da cessão fiduciária abrangerão as transações já efetuadas e as transações que no futuro vierem a ser realizadas, e estão ou estarão identificados nos registros eletrônicos que são ou serão disponibilizados pelas Credenciadoras ao Banco Safra S.A., na condição de agente de garantias;
- ii) todos e quaisquer Direitos Creditórios decorrentes das vendas do sistema Broadcast, de propriedade da Agência Estado Ltda. Os direitos creditórios objeto da cessão fiduciária abrangem a carteira de recebíveis existente e a que no futuro vier a existir. Tais registros ficam ou ficarão em posse do Agente de Garantias, por meio da conta domicílio/vinculada, mantida pela Emissora junto ao Agente de Garantias, cuja movimentação pela Emissora dependerá de prévia autorização do Agente Fiduciário, na condição de representante dos Debenturistas.

5.11.2 Os Direitos Creditórios Cartão e dos Direitos Creditórios Broadcast, em conjunto, deverão perfazer o Limite Mínimo, equivalente ao valor mínimo de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) desde a Data de Emissão até o integral adimplemento das obrigações da Emissora sob as Debêntures.

5.11.3 Para fins de apuração do Limite Mínimo:

- i) em relação aos Direitos Creditórios Cartão, serão considerados os Direitos Creditórios Cartão com vencimento em até 120 (cento e vinte) dias contados da data



da verificação respectiva, devidamente registrados junto às respectivas Credenciadoras, conforme verificado pelo Agente de Garantias mediante acesso ao Agendamento, somado aos Direitos Creditórios Cartão a Performar (provenientes de vendas efetuadas pela Emissora porém ainda não registradas nos sistemas das respectivas Credenciadoras), também com vencimento em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da verificação respectiva; e

- ii) em relação aos Direitos Creditórios Broadcast, serão considerados os direitos creditórios com vencimento em até 90 (noventa) dias contados da data de verificação respectiva, assim como Direitos Creditórios Broadcast vencidos há, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data de verificação e ainda não pagos.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

- 6.1.1 A Emissora não poderá adquirir no mercado Debêntures em Circulação.

6.2 Resgate Antecipado

- 6.2.1 Ressalvada a hipótese prevista no item 5.6.5 acima, as Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente.

6.3 Vencimento Antecipado

- 6.3.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da escritura de emissão das Debêntures, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:



- i) proposição de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora e ou coligadas a esta, e/ou por quaisquer terceiros legalmente habilitados à propositura de referido pedido contra a Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora ou coligadas a esta;
- ii) pedido de autofalência ou de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora ou suas coligadas;
- iii) deferimento ou decretação de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou de sociedades controladas pela Emissora ou suas coligadas;
- iv) inadimplemento, pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores e/ou por suas sociedades controladas, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitos em razão da Emissão e das Debêntures;
- v) falta de pagamento na respectiva data de vencimento, pela Emissora ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, de quaisquer dívidas financeiras de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se liquidada ou sanada, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contatos do vencimento da dívida financeira;
- vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e/ou de suas sociedades controladas, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou seus acionistas controladores e/ou suas sociedades controladas, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contatos do vencimento da obrigação;



- viii) se, sem o expresso consentimento do debenturista, a Emissora e/ou controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado;
- ix) se, sem o expresso consentimento do debenturista, a Emissora e/ou controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora sofrer(em) qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- x) ausência de plena constituição das garantias das Debêntures;
- xi) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão eram falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que tais declarações e garantias foram prestadas;
- xii) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora, cujo valor, individual ou conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem que haja liberação ou sustação da constrição, com oferecimento de garantia ou caução, em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento da notificação competente;
- xiii) caso o valor dos Direitos Creditórios abaixo, cedidos fiduciariamente em garantia das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que sejam, a qualquer momento entre a data de emissão e o resgate integral das Debêntures, já exigíveis ou que o serão em até 90 (noventa) dias, deixe de corresponder ao Limite Mínimo e/ou caso os Direitos Creditórios Broadcast, a qualquer momento entre a data de emissão e o resgate integral das Debêntures, perfaçam valor inferior ao Valor Cedido;
- xiv) se assim exigido pelo Agente de Garantias, conforme abaixo definido, ausência de constituição de novas garantias em favor dos titulares das Debêntures, ou ausência de reforço das garantias oferecidas pela Emissora em favor dos titulares das Debêntures, neste último caso desde que fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor, a liquidez, a certeza, a qualidade e/ou a



exigibilidade dessas garantias, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado do recebimento da notificação escrita feita à Emissora; ou

- xv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76.

6.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

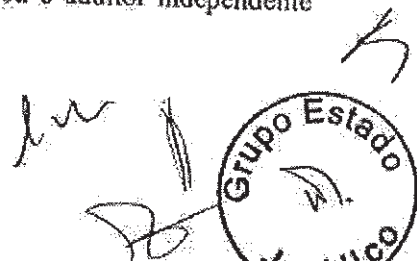
6.3.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item anterior.

6.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - b) dentro de 15 (quinze) dias úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente



por este contratado a suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha imediato acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação que lhe venha a ser solicitada;

- c) dentro de 15 (quinze) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;
 - d) dentro de 15 (quinze) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em até 15 (quinze) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes; e
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos que ensejam o vencimento antecipado das Debêntures, automaticamente ou mediante deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a sua ocorrência;
- ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - iii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;



- iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as ao Agente Fiduciário em 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- v) manter os documentos mencionados no subitem anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- vi) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao Banco Safra S.A., na condição de instituição intermediária líder da oferta pública com esforços restritos de colocação das Debêntures;
- viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- x) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- xi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



- xiii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor à época;
- xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- xv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xvi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xvii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e
- xix) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia a **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.** como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.



8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Caso a convocação não ocorra até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item anterior, caberá à Emissora efetua-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

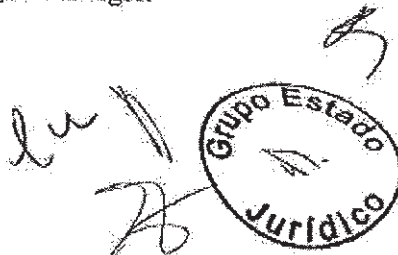
8.2.3 Caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.



8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;



- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente e justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista nesta Escritura;
- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de



Debêntures efetuadas pela Emissora;

- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória das Debêntures;
- xiii) colocar o relatório de que trata o subitem anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP; e
 - d) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;



- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76; e
- xx) verificar a manutenção da regularidade, da suficiência e da exequibilidade da garantia fidejussória e da garantia real prestadas em favor dos Debenturistas.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das

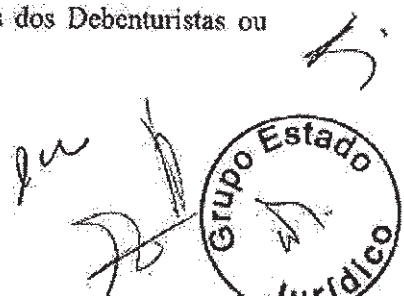


Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

- i) parcelas anuais de RS15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a obtenção do registro na CETIP, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- ii) as parcelas acima mencionadas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento das parcelas subsequentes, calculada a atualização monetária *pro rata temporis* se necessário;
- iii) será enviado aviso de cobrança com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento (exceto para o primeiro pagamento, que será enviado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias);
- iv) a remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado;
- v) as parcelas serão acrescidas de quaisquer impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, incluindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, entre outros, excetuando-se o Imposto de Renda, nas respectivas alíquotas vigentes nas datas de pagamento;

8.6.1 A Emissora, mediante aprovação prévia de demonstrativo de despesas a ela enviado pelo Agente Fiduciário, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas por ele comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.



8.6.1.1 O ressarcimento a que se refere o item anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.6.1.2 Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

8.6.1.3 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência, desde que comprovada a máxima diligência, pelo Agente Fiduciário, em todos os atos judiciais e/ou extrajudiciais, tal como inexistência de culpa por ação e/ou omissão do Agente Fiduciário.

9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de São Paulo.



9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

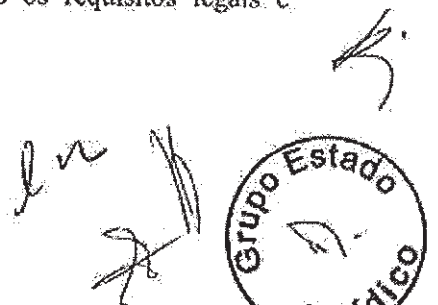
9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, da garantia fidejussória concedida aos Debenturistas, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura na Data de Emissão;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/03;
- xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990; e



- xiii) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade anônima validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;



- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relatório interno de acompanhamento processual e/ou divulgado nas demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas e apresentados aos assessores legais do Banco Safra S.A.;
- xi) não há nas certidões de tributos municipais e estaduais indicação de não recolhimento ou irregularidade no recolhimento destes tributos além daqueles objeto de discussões administrativa e judiciais demonstrados nos relatório indicado no subitem anterior; e
- xii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



i) Para a Emissora:

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55

02598-900 – São Paulo – SP

At.: Ricardo do Valle Dellape

Telefone: (11) 3856-2639

Fax: (11) 3856-3537

Correio Eletrônico: ricardo.dellape@grupoestado.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º ao 10º andares

04530-001 – São Paulo – SP

At.: Gregoli Tasso

Telefone: (11) 3048-9915

Fax: (11) 3048-9910

e-mail: gregoli@slw.com.br

iii) para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo - SP

At.: Claudia Vasconcellos

Telefone/Fax: (11) 5029-1905

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) para a Instituição Depositária:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

04538-132 - São Paulo - SP

At.: Claudia Vasconcellos



Telefone/Fax: (11) 5029-1905

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.



12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

13. **FORO**

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 14 de abril de 2011

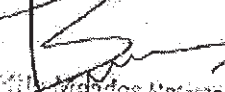


 
S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"



Por: Ricardo do Valle Dellape
Cargo: Diretor Financeiro

Por: Silvio José Genesini Jr.
Cargo: Diretor Presidente

 
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Por: Gregoli Pedroso Tasso
Cargo: Depto. Agente Fiduciário
SLWCVG LTDA.
Por: Robinson Queiroz
Cargo: Diretor

Testemunhas:

1. 
Nome: 
RG.: 
CPF: 073.733.383-25

2. 
Nome: 
RG: 35.668.591-3

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da S.A. "O Estado de S. Paulo", firmada entre S.A. "O Estado de S. Paulo" e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 14 de abril de 2011.

GLOSSÁRIO

AGE	Assembléia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2010, que deliberou a realização da Emissão.
Agendamento	Agendamento dos Direitos Creditórios, verificável a partir da identificação da Emissora que se dá através de número próprio, constante do sistema da Credenciadora.
Agente de Garantias	Banco Safra S.A.
Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembléia Geral ou Assembléia Geral de Debenturistas	Assembléia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.



CETIP

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

CPF/MF

Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda.

Contrato de Colocação

Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, em Série Única, da 2ª Emissão Pública da S.A. "O Estado de S. Paulo", celebrado entre Banco Safra S.A. e a Emissora.

Credenciadoras

Cielo S.A. e/ou outra(s) credenciadora(s) que venha(m) a capturar, processar e liquidar transações de cartão de débito/crédito relativas à bandeira VISA e/ou MASTERCARD.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

1º de abril de 2011.

Data de Pagamento
de Remuneração

de Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

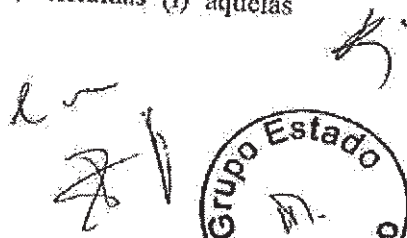
1º de abril de 2014.

Debêntures

As 10 (dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da 2ª (segunda) emissão da S.A. "O Estado de S. Paulo".

Debêntures em Circulação

Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas



mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Direitos Creditórios Cartão

Recebíveis, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes de transações efetuadas por portadores de cartões de crédito/débito sob as bandeiras VISA e MASTERCARD junto à Emissora, referentes a assinatura de jornais, capturadas através do sistema das Credenciadoras, nos termos do(s) contrato(s) de credenciamento/afiliação firmado(s) entre a Emissora e as Credenciadoras.

Direitos Creditórios Cartão
Performar

a Direitos Creditórios Cartão provenientes de vendas de assinaturas de jornais efetuadas pela Emissora, porém ainda não registradas nos sistemas das respectivas Credenciadoras.

Direitos Creditórios Broadcast

Direitos creditórios decorrentes das vendas presentes e futuras do sistema *Broadcast*, de titularidade da Agência Estado Ltda.

Emissão

2ª (segunda) Emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

S.A. "O Estado de S. Paulo".

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.



Escritura	A presente Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da S.A. "O Estado de S. Paulo".
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Grupo Estado]

um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Limite Mínimo

Valor mínimo dos Direitos Creditórios Cartão e dos Direitos Creditórios Broadcast cedidos fiduciariamente em garantia das obrigações da Emissora sob as Debêntures, equivalente ao valor mínimo de R\$11.000.000,00.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Remuneração

Juros remuneratórios correspondentes à acumulação da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

SND

Módulo Nacional de Debêntures.



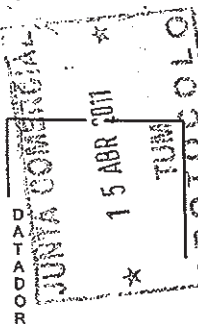
Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) na Data de Emissão.





Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria da Fazenda



JUCESP PROTOCOLO
0.353.244/11-9

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000



SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO
PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.

NOME EMPRESARIAL
S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)
Debenture Escritura;

Controle Internet

007713570-9

